



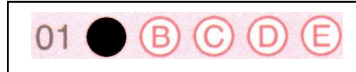
PROVA OBJETIVA
ESPECIALISTA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS – CONTADOR

NOME: _____
Nº INSCR. _____

INSTRUÇÕES

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (14 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- **A PROVA OBJETIVA contém 50 (cinquenta) questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), valendo 1,80 (um ponto e oitenta centésimos) cada, devendo o candidato obter no mínimo 60% de acerto para ser aprovado.**
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- **O Cartão Resposta será o único documento válido para correção e NÃO será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.**
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **11/12/2018**, e **RESULTADO DA PROVA OBJETIVA** a partir do dia **08/01/2019** no Diário Oficial de Bauru.

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Recursos Humanos



Prefeitura Municipal de Bauru

Concurso Público para o Cargo de Especialista em Gestão Administrativa e Serviços – CONTADOR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) O princípio da periodicidade refere-se à limitação da abrangência, no tempo, do Orçamento Público. No Brasil, este período denominado exercício financeiro, corresponderá:

- A) Aos 4 anos de mandato do governante, seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal.
- B) A um ano, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.
- C) Ao período equivalente a quatro leis orçamentárias anuais.
- D) Ao período de 04 anos de mandato mais um ano do mandato subsequente.

02) Quanto às receitas públicas, analise os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) As receitas orçamentárias são constituídas das entradas em caixa de valores numerários ou créditos de terceiros, restituíveis no futuro pelo Poder Público.
- B) Quanto à natureza, os ingressos no Poder Público podem ser distinguidos em dois grandes grupos: Receitas Efetivas e Receitas Transitórias.
- C) São exemplos de receitas orçamentárias: receitas tributárias, receitas de contribuições e receitas patrimoniais.
- D) As receitas públicas constituem-se no conjunto de saídas de recursos numerários dos cofres públicos.

03) Em seu capítulo IV, artigo 101, a lei 4.320 de 17 de março de 1964, estabelece que os resultados gerais do exercício de uma entidade pública serão demonstrados pelos seguintes demonstrativos:

- A) Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Demonstrativo de Valor Adicionado.
- B) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Demonstrativo de Restos a Pagar e Demonstrativo de Valor Adicionado.
- C) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.
- D) Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Demonstração de Resultado do Exercício.

04) Considerando o Manual dos Demonstrativos Fiscais aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a despesa empenhada é:



- A) O segundo estágio da execução da despesa orçamentária, onde existe a liquidação da despesa.
- B) O estágio da execução da despesa orçamentária, onde ocorre a entrega do numerário ao credor, por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta.
- C) Valor do crédito orçamentário ou adicional, cuja liquidação está livre de autorização por autoridade competente.
- D) Valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face a compromisso assumido, cuja execução da despesa inicia-se por meio de um ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

05) Quanto a escrituração e consolidação das contas, previsto no artigo 50 da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, podemos afirmar que:

- A) A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma coletiva, demonstrando o resultado final consolidado.
- B) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- C) As demonstrações contábeis não compreenderão as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, por tratar-se de entidades públicas que não possuem a necessidade de apresentação da contabilidade.
- D) Não existe a necessidade da apresentação das receitas e despesas previdenciárias em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.

06) Conforme o artigo 2º, da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, entende-se como ente da Federação:

- A) A União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.
- B) Todas as empresas públicas e privadas.
- C) Somente as empresas privadas que não possuem qualquer tipo de isenção tributária.
- D) As empresas filantrópicas e sem fins lucrativos.

07) De acordo com a classificação das despesas descrita no artigo 12 da Lei 4.320/1964, analise as questões abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais correspondam contraprestação direta em bens ou serviços, excluindo-se as contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público.
- B) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- C) Consideram-se como subvenções, para efeito desta lei, as dotações para o planejamento e a execução de obras, incluindo as destinadas à aquisição de imóveis.



D) As despesas são classificadas nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas Involuntárias.

08) Os Restos a Pagar podem ser conceituados como:

A) Despesas não empenhadas, pagas parcialmente, cujo saldo não foi pago até o final do mês de competência da despesa, não canceladas pelo processo de análise e depuração e, que atendam aos requisitos previstos em legislação específica.

B) Receitas não empenhadas, que não foram recebidas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, não canceladas pelo processo de análise e depuração e, que atendam aos requisitos previstos em legislação específica.

C) Despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

D) É a diferença entre as Receitas e Despesas, apurada no final de cada exercício social pela entidade pública.

09) Considere uma Receita Tributária – ICMS no valor de R\$ 200.000,00. Havendo o recebimento integral via depósito em conta corrente da entidade pública do valor no período, o lançamento contábil que irá registrar tal recebimento no SISTEMA FINANCEIRO da entidade será:

A) Um débito de R\$ 200.000,00 na conta Bancos e um crédito de igual valor na conta Receita Corrente Arrecadada.

B) Um débito de R\$ 200.000,00 na conta Receita Corrente Arrecadada e um crédito de igual valor na conta Bancos.

C) Um débito de R\$ 200.000,00 na conta Previsão da Receita Corrente e um crédito de igual valor na conta Arrecadação de Receita Corrente.

D) Um débito de R\$ 200.000,00 na conta Arrecadação de Receita Corrente e um crédito de igual valor na conta Previsão da Receita Corrente.

10) De acordo com a lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, em seu artigo 176, alterado pela lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, estabelece que ao final de cada exercício social, a diretoria das companhias de capital fechado fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. São demonstrações exigidas pela lei acima descrita:

A) Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Previsão Orçamentária e Demonstração de Previsão de Investimentos.

B) Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Parecer de Auditores Independentes e Relatório da Administração.

C) Balanço Patrimonial, Demonstração de Fluxo de Caixa, Parecer dos Auditores Independentes e Planejamento Plurianual.

D) Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Resultado do Exercício e Demonstração de Fluxo de Caixa.



11) Em maio do ano 2018, uma entidade pública havia obtido uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no valor de R\$ 20.000,00. Em julho de 2018, esta entidade efetuou a quitação desta operação de crédito, via débito em conta corrente bancária, pelo valor total de R\$ 20.800,00. O lançamento contábil a ser realizado no SISTEMA FINANCEIRO da entidade pública, para registro da quitação será:

A) DÉBITO – Bancos Conta Movimento	R\$ 20.000,00
DÉBITO – Despesa Corrente Realizada - Juros	R\$ 800,00
CRÉDITO – Passivo Financeiro - Antecipação de Receita Orçamentária	R\$ 20.800,00

B) DÉBITO – Bancos Conta Movimento	R\$ 20.800,00
CRÉDITO – Despesa Corrente Realizada – Juros	R\$ 800,00
CRÉDITO – Passivo Financeiro – Antecipação de Receita Orçamentária	R\$ 20.000,00

C) DÉBITO – Passivo Financeiro - Antecipação de Receita Orçamentária	R\$ 20.000,00
DÉBITO – Despesa Corrente Realizada - Juros	R\$ 800,00
CRÉDITO – Bancos Conta Movimento	R\$ 20.800,00

D) DÉBITO – Passivo Financeiro – Antecipação de Receita Orçamentária	R\$ 20.800,00
CRÉDITO – Despesa Corrente Realizada – Juros	R\$ 800,00
CRÉDITO – Bancos Conta Movimento	R\$ 20.000,00

12) O orçamento aprovado para uma entidade pública no ano de 2017 apresenta a seguinte informação abaixo descrita:

Receita Corrente R\$ 500.000,00

Considerando as contas sugeridas, assinale entre as opções abaixo, qual o lançamento contábil para registro do programa orçamentário da entidade pública, que deverá ser realizado no SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:

A) DÉBITO – Bancos Conta Movimento	R\$ 500.000,00
CRÉDITO – Passivo Financeiro – Receita Orçamentária	R\$ 500.000,00

B) DÉBITO – Orçamento da Despesa Corrente	R\$ 500.000,00
CRÉDITO – Crédito Disponível Corrente	R\$ 500.000,00

C) DÉBITO – Previsão da Receita Corrente	R\$ 500.000,00
CRÉDITO – Bancos Conta Movimento	R\$ 500.000,00

D) DÉBITO – Previsão da Receita Corrente	R\$ 500.000,00
CRÉDITO – Orçamento da Receita Corrente	R\$ 500.000,00

13) Quanto à receita pública, constituem requisitos essenciais da responsabilidade da gestão fiscal, previstos no artigo 11 da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000:

A) A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.



B) Somente a arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação.

C) Da realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

D) A aplicação, sob qualquer hipótese, da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

14) Visando possibilitar melhores informações sobre os gastos do governo, foi criada a classificação econômica sobre as despesas. Desta forma, segundo o artigo 12 da lei 4320/1964, as despesas são classificadas em duas categorias econômicas. Analise os itens abaixo e indique quais são estas duas categorias econômicas:

A) Despesas ordinárias e despesas preferenciais.

B) Despesas de consumo e despesas com pessoal.

C) Despesas correntes e despesas de capital.

D) Despesas vinculadas e despesas não vinculadas.

15) A Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, dispõe que os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal. A emissão deste relatório deverá ser:

A) Bimestral.

B) Quadrimestral.

C) Semestral.

D) Anual.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

16) Segundo rege o Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, o fato gerador da obrigação tributária principal, é a situação definida em lei como:

A) necessária a justificar cada um dos tributos de competência do Município.

B) anterior a obrigação acessória tributária de competência do Município.

C) necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

D) suficiente a justificar a cobrança dos tributos de competência do Município.

17) O sujeito passivo, os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária aplicáveis a fato determinado. Nesta condição deve ser observado como **INCORRETO**, que:



- A) a consulta deverá ser apresentada por escrito.
- B) a consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza, indicando e delimitando precisamente o seu objeto.
- C) enquanto aguarda resposta, o contribuinte não poderá ser autuado por fato relacionado à consulta.
- D) desde que formulada dentro do prazo legal para pagamento de tributo, não impedirá a incidência de multa e juros de mora enquanto não respondida oficialmente pela Administração.

18) Os créditos de titularidade do Município nos termos do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, inscritos em dívida ativa, tributários ou não, inclusive os já ajuizados, excetuados os casos em que a lei especificar, poderão ser pagos em até o número máximo de:

- A) 12 (doze) parcelas iguais.
- B) 24 (vinte e quatro) parcelas iguais.
- C) 36 (trinta e seis) parcelas iguais.
- D) 48 (quarenta e oito) parcelas iguais.

19) Conforme se depreende do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, o crédito tributário municipal, não se extingue com a:

- A) moratória.
- B) compensação.
- C) prescrição e decadência.
- D) remissão.

20) Créditos da Fazenda Municipal de qualquer natureza, não pagos no vencimento, sofrerão incidência de juros de mora, nos termos do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, a razão de:

- A) 0,2% ao dia.
- B) 1% ao mês.
- C) 10% ao mês.
- D) 2% ao mês.

21) Por disposição expressa na legislação Municipal (Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008), o Imposto Predial Urbano incidente sobre o valor venal do imóvel, é calculado pela alíquota de:

- A) 2%.
- B) 1,5%.
- C) 0,8%.
- D) 0,5%.



22) Conforme previsão legal constante do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição e/ou compensação prescreve em:

- A) 06 (seis) meses.
- B) 01 (um) ano.
- C) 02 (dois) anos.
- D) 05 (cinco) anos.

23) Integram o Sistema Tributário do Município de Bauru nos termos do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008:

- A) apenas Impostos, Taxas, Empréstimos Compulsórios e Contribuição de Melhoria.
- B) apenas Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.
- C) apenas Impostos, Taxas e Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública.
- D) apenas Impostos, Empréstimos Compulsórios e Contribuição de Melhoria.

24) Conforme Instrução Normativa Nº 61, de 24 de maio de 2016, o processo administrativo tributário, contados do protocolo do requerimento, reclamação ou recurso administrativo, sob pena de deferimento tácito, descontada a demora imputada exclusivamente ao contribuinte, desde que devidamente comprovada pelo Fisco, será julgado no prazo máximo de:

- A) 60 (sessenta) dias.
- B) 90 (noventa) dias.
- C) 120 (cento e vinte) dias.
- D) 150 (cento e cinquenta) dias.

25) O sujeito passivo considera-se intimado de decisão definitiva que lhe seja contrária, a partir da comunicação oficial do ato que a tenha proferido. Dessa forma, conforme se verifica do disposto no Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, o cumprimento da obrigação deve ocorrer no prazo de:

- A) 05 (cinco) dias do trânsito em julgado.
- B) 10 (dez) dias do trânsito em julgado.
- C) 15 (quinze) dias do trânsito em julgado.
- D) 30 (trinta) dias do trânsito em julgado.

26) Conforme disposição legal prevista no Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, a ação para cobrança do crédito tributário, contado da data de sua constituição definitiva prescreve em:

- A) 02 anos.
- B) 10 anos.



- C) 05 anos.
- D) 30 anos.

27) A Contribuição de Melhoria é arrecadada para custear obras públicas, quando dessas obras decorre valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiado pela obra. No entanto, conforme se depreende dos dispositivos da legislação tributária municipal (Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008), a contribuição de melhoria **NÃO** incide:

- A) quando da pavimentação de vias e logradouros públicos.
- B) na colocação de guias e sarjetas.
- C) na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento asfáltico já existente.
- D) na abertura de vias públicas em terrenos de propriedade particular.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

28) A taxa de juros proporcional é obtida da:

- A) Exponenciação entre a taxa de juros considerada na operação e o número de vezes em que ocorrerão os juros.
- B) Multiplicação da taxa de juros efetiva pelo número de vezes em que ocorrerão os juros.
- C) Equivalência entre a taxa de juros efetiva e o número de vezes em que ocorrerão os juros.
- D) Divisão entre a taxa de juros considerada na operação pelo número de vezes em que ocorrerão os juros.

29) Um empréstimo de R\$ 20.000,00 deverá ser quitado em 20 parcelas mensais. Considerando o Sistema de Amortização Constante - SAC e que a taxa de juros é de 2% a.m., o valor da primeira parcela será de:

- A) R\$ 1.000,00.
- B) R\$ 1.200,00.
- C) R\$ 1.400,00.
- D) R\$ 1.020,00.

30) Uma dívida de R\$ 10.000,00 foi contraída para ser paga após 2 meses de uma única vez. O valor atualizado dessa dívida, considerando uma taxa de juros composta de 3% a.m., será de:

- A) R\$ 10.609,00.
- B) R\$ 10.300,00.
- C) R\$ 10.600,00.
- D) R\$ 10.404,00.



31) A taxa de juros nominal é obtida da seguinte maneira:

- A) Expurgando a taxa de inflação da taxa de juros real.
- B) Somando a taxa de juros real com a taxa de inflação.
- C) Expurgando a taxa de juros efetiva da taxa de juros real.
- D) Somando a taxa de juros real com a taxa de juros efetiva.

32) Um empréstimo de R\$ 10.000,00 deverá ser quitado em 24 parcelas mensais fixas de R\$ 528,71. Considerando o Sistema de Amortização Francês e que a taxa de juros é de 2% a.m., o valor da amortização, quando do pagamento da primeira parcela, será de:

- A) R\$ 200,00.
- B) R\$ 528,71.
- C) R\$ 328,71.
- D) R\$ 518,13.

33) O Sistema de Amortização Constante (SAC) é diferente do Sistema de Amortização Francês (SAF), pois:

- A) No SAC os juros e as prestações são crescentes enquanto que no SAF os juros decrescem e as prestações são constantes.
- B) No SAC os juros são crescentes e as prestações são decrescentes enquanto que no SAF os juros crescem e as prestações são constantes.
- C) No SAC os juros e as prestações são decrescentes enquanto que no SAF os juros decrescem e as prestações são constantes.
- D) No SAC os juros e as prestações são crescentes enquanto que no SAF os juros e as prestações são decrescentes.

34) Uma pessoa aplicou em uma instituição financeira R\$ 10.000,00 resgatando R\$ 11.200,00 quatro meses depois. A taxa de juros simples mensal auferida nesta operação foi de:

- A) 12%.
- B) 3,0%.
- C) 1,2%.
- D) 4,0%.

35) A taxa de juros efetiva é definida como:

- A) O processo de formação dos juros pelo regime de juros compostos ao longo dos períodos de capitalização.
- B) O processo de formação dos juros pelo regime de juros simples ao longo dos períodos de capitalização.
- C) O processo de formação dos juros pelo regime de juros compostos multiplicado pelos períodos de capitalização.



D) O processo de formação dos juroz pelo regime de juroz simples multiplicadoz pelos períodos de capitalização.

LINGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as questões 36 a 4:

Telefone, um inimigo necessário

Estar disponível significa perder graus de liberdade, mas, ao mesmo tempo, ganhar em acessibilidade.

Na vida nossa de cada dia, muitos tornam o número de telefone acessível, nem sempre com disposição para atender as exigências que disso decorrem. Existe aí uma responsabilidade em relação ao "outro". Se eu dou meu número para alguém, estou anunciando que sou acessível.

No tempo em que existia lista telefônica, isso poderia ser discutível, pois os números ficavam públicos de certa forma, por lei. Mas, hoje, meu número de celular não está em lista oficial nenhuma, só é acessível se eu der. A partir daí, torno-me responsável por atendê-lo. O processo funciona em mão dupla. Quando ligo para alguém, imagino que vá me atender - senão, por que teria me dado seu número?

A relação com a telefonia é uma escolha pessoal. Há quem ama falar, há quem é lacônico. Seja como for, tornar-se acessível significa perder graus de liberdade e, ao mesmo tempo, ganhar em acessibilidade.

O telefone me torna pública, mas também pode preservar minha privacidade. Para me garantir e me defender, posso usar a secretária eletrônica ou o bina, aliás, inventado e patenteado por um brasileiro.

Tudo isso é muito recente. Há cinquenta anos, o telefone era uma raridade reservada para pessoas da classe A. A linha era comprada a preço de ouro. Muitas lojas não tinham mais do que um aparelho _ muitas vezes com cadeado; outras, com cadeado só das 13h às 15h, quando ilegalmente recebiam o resultado do jogo do bicho _ não disponível para fregueses.

E, então, um dia, privatizaram a companhia telefônica, e a cidade foi inundada por telefones. Logo depois chegaram os celulares, que invadiram definitivamente nossa vida.

Tudo isso transformou as relações interpessoais de maneira avassaladora. Não atender o celular pode ser visto quase como um estelionato. Você está privando o outro do acesso a você _ que você prometeu quando deu o número.

O celular foi uma revolução tão grande quanto a difusão do telefone fixo. Se ligo para o fixo de alguém que não me atende, só sei que a pessoa não está lá. Mas, com o celular, temos que aprender a mentir melhor. Vamos desenvolvendo jeitinhos. Se fulano não me atende, ligo de um número que ele não conhece e descubro se não está lá ou se não quer me atender. Inventamos o bina e depois inventamos jeitinhos para driblá-lo.

A barreira da invisibilidade ainda não foi vencida. Se é meu amigo ou meu inimigo, não sou capaz de distinguir antes de atender e ouvir a voz. Só depois de atender, o enigma se desfaz.

Uma educação para o uso do telefone se faz cada dia mais necessária.

Fonte: Anna Verônica Mautner. Folha de São Paulo, 26/2/2013. Disponível em: <https://www.medplan.com.br/artigos/telefone-um-inimigo-necessario>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.



36) Assinale a alternativa em que o trecho se refere a um fato e não à opinião da autora.

- A) “Se eu dou meu número para alguém, estou anunciando que sou acessível”.
- B) “A partir daí, torno-me responsável por atendê-lo.”
- C) “Quando ligo para alguém, imagino que vá me atender _ senão, por que teria me dado seu número?”
- D) “Há cinquenta anos, o telefone era uma raridade reservada para pessoas da classe A. A linha era comprada a preço de ouro.”

37) No período composto do primeiro parágrafo “Se eu dou meu número para alguém, estou anunciando que sou acessível.”, a conjunção se, introduz uma oração com sentido de:

- A) Condição.
- B) Finalidade.
- C) Causa.
- D) Consequência.

38) No trecho do sexto parágrafo “Logo depois chegaram os celulares, que invadiram definitivamente nossa vida.”, a palavra em destaque estabelece coesão entre os elementos do texto e é classificada como:

- A) Conjunção integrante, pois introduz oração subordinada substantiva.
- B) Pronome relativo, uma vez que recupera o termo “celulares”.
- C) Preposição, porque liga orações contíguas.
- D) Artigo indefinido, sendo que não define quem invadiu nossa vida.

39) Assinale a alternativa que justifica **CORRETAMENTE** e **RESPECTIVAMENTE** o acento das palavras em destaque “... isso poderia ser discutível, pois os números ficavam públicos de certa forma, por lei.”

- A) é proparoxítona terminada em l; é paroxítona terminada em s.
- B) é proparoxítona terminada em l; é oxítona terminada em s.
- C) é paroxítona terminada em l; é proparoxítona e toda proparoxítona deve ser acentuada.
- D) é paroxítona terminada em l; é paroxítona terminada em s.

40) No fragmento do segundo parágrafo do texto “No tempo em que existia lista telefônica, isso poderia ser discutível, pois os números ficavam públicos de certa forma, por lei.”, os verbos destacados possuem, **RESPECTIVAMENTE**, os tempos e modos verbais:

- A) Pretérito perfeito do indicativo; futuro do presente do indicativo.
- B) Pretérito imperfeito do indicativo; futuro do pretérito do indicativo.
- C) Pretérito imperfeito do indicativo; futuro do presente do subjuntivo.
- D) Imperativo afirmativo; futuro do pretérito do indicativo.



41) Assinale a alternativa cuja palavra está **CORRETAMENTE** classificada quanto ao seu processo de formação:

- A) Ilegalmente; derivação prefixal e sufixal.
- B) Definitivamente; derivação prefixal.
- C) Inundada; derivação parassintética.
- D) Jeitinhos; por justaposição.

Leia o fragmento da notícia abaixo para responder as questões 42 e 43:

Sinal de rádio vindo de Ross 128, estrela a 11 anos-luz de distância, intriga astrônomos

E o próximo número sorteado no imprevisível bingo da busca por inteligência extraterrestre é: Ross 128. No meio da semana passada, pesquisadores ligados ao radiotelescópio de Arecibo, em Porto Rico, comunicaram seus colegas a detecção de sinais de rádio estranhos vindos dessa pequena estrela anã vermelha a apenas 11 anos-luz da Terra.

Fonte: NOGUEIRA, Salvador. Disponível em <http://mensageirosideral.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/sinal-de-radio-vindo-de-ross-128-estrela-a-11-anos-luz-de-distancia-intriga-astronomos> Acesso em: 30 out. 2017.

42) Como ficaria a concordância nominal, do trecho a seguir, se o substantivo sinais estivesse no singular? “... a detecção de sinais de rádio estranhos vindos dessa pequena estrela anã vermelha...”

- A) a detecção de sinal de rádio estranhos vindos dessa pequena estrela anã vermelha.
- B) a detecção de sinal de rádio estranho vindo dessa pequena estrela anã vermelha.
- C) a detecção de sinal de rádios estranhos vindos dessa pequena estrela anã vermelha.
- D) a detecção de sinal de rádio estranhos vindo dessa pequena estrela anã vermelha.

43) No fragmento “No meio da semana passada, pesquisadores ligados ao radiotelescópio ...”, a vírgula está sendo empregada porque:

- A) Enfatiza o Ross 128.
- B) Isola o vocativo.
- C) Isola locução adverbial.
- D) Isola o aposto especificativo.

INFORMÁTICA

44) No Microsoft Excel 2010, sabemos que o valor da célula C5 é 280, e na célula F10 digitamos a fórmula =SE(C5>=180;C5*10;C5*100) e pressionamos ENTER, qual será o resultado:

- A) #NONE?.
- B) 280.



- C) 2800.
D) 28000.

45) Um contador deseja montar a planilha abaixo no Microsoft Excel 2010, com o objetivo de controlar o saldo total de uma empresa. A função digitada na célula F9 foi:

	A	B	C	D	F
1		Agosto	Setembro	Outubro	Total Despesas
2	Aluguel	1.500,00	1.500,00	1.500,00	4.500,00
3	Água	430,00	450,00	520,00	1.400,00
4	Luz	350,00	380,00	420,00	1.150,00
5	Telefone	240,00	280,00	320,00	840,00
6	Total Despesas	2.520,00	2.610,00	2.760,00	
7	Receita	3.450,00	4.230,00	2.430,00	
8	Saldo	930,00	1.620,00	-330,00	
9				SALDO TOTAL	2.220,00

- A)=B13+C13+D13
B)=B13+C13-D13
C)=MÉDIA(D13:D13)
D)=SALDO(B13:D13)

46) No Windows 7 tem um recurso chamado “Aero Snap”, utilizado para reorganizar janelas, que permite colocar dois programas ou documentos ao lado do outro em uma tela dividida. Para que esse recurso funcione podemos:

- A) Clicar com o mouse na barra de título de uma das janelas e escolha a opção “dividir telas” e escolha um dos lados. Assim a janela se ajusta exatamente na metade escolhida. Em seguida escolha a segunda janela que dividirá a tela.
B) Clicar com o mouse na barra de título de uma das janelas abertas e arrastá-la até o mouse encontrar a borda esquerda ou direita da tela. Assim a janela se ajusta exatamente na metade escolhida. Em seguida escolha a segunda janela que dividirá a tela.
C) Dar um duplo clique com o mouse na barra de título de uma das janelas abertas e em seguida escolher a opção “dividir telas” que aparecerá na barra de títulos. Assim a janela se ajusta exatamente na metade escolhida.
D) Esse recurso só é possível utilizar caso as janelas abertas sejam documentos do pacote Office da Microsoft.

47) Caso um usuário do Windows 7 esteja utilizando um computador que esteja protegido com senha, e precise se ausentar por um tempo, é recomendado que o mesmo bloqueie a tela do computador por motivos de segurança. Para isso o usuário pode utilizar a tecla Windows chamada de “WinKey” juntamente com outra tecla. Para que esse bloqueio ocorra o usuário pode pressionar as seguintes sequências de teclas:



- A) WinKey + B.
- B) WinKey + W.
- C) WinKey + Z.
- D) WinKey + L.

48) No Microsoft Excel 2010, podemos organizar uma tabela em ordem crescente, para isso devemos adotar os seguintes passos:

- A) Selecionar as células com o conteúdo que se deseja organizar em ordem crescente, em seguida clicar na guia “Dados”, em seguida clicar no botão intitulado de “Classificar de A a Z”.
- B) Selecionar as células com o conteúdo que se deseja organizar em ordem crescente, em seguida clicar na guia “Revisão”, em seguida clicar no botão intitulado de “Classificar de A a Z”.
- C) Selecionar as células com o conteúdo que se deseja organizar em ordem crescente, em seguida clicar na guia “Inserir”, em seguida clicar no botão intitulado de “Classificar de A a Z”.
- D) Selecionar as células com o conteúdo que se deseja organizar em ordem crescente, em seguida clicar na guia “Exibição”, em seguida clicar no botão intitulado de “Classificar de A a Z”.

49) No Excel 2010, temos a possibilidade de criar gráficos, uma das formas utilizadas, pode ser através dos seguintes passos:

- A) Após selecionar as células com os dados que serão utilizados no gráfico, clique na guia “Inserir”, em seguida clique no botão “Agrupar” e por fim escolha qual o formato do gráfico desejado, como por exemplo: Pizza, Colunas, Linhas, etc.
- B) Após selecionar as células com os dados que serão utilizados no gráfico, clique na guia “Inserir”, em seguida clique no botão “Formas”, em seguida escolha a formatação das linhas do Gráfico, e por fim escolha qual o formato do gráfico desejado, como por exemplo: Pizza, Colunas, Linhas, etc.
- C) Após selecionar as células com os dados que serão utilizados no gráfico, clique na guia “Inserir”, e por fim escolha qual o formato do gráfico desejado, como por exemplo: Pizza, Colunas, Linhas, etc.
- D) Após selecionar as células com os dados que serão utilizados no gráfico, clique na guia “Fórmulas”, e por fim escolha qual o formato do gráfico desejado, como por exemplo: Pizza, Colunas, Linhas, etc.

50) No Windows 7, o que acontece caso pressionemos a tecla PrtScn (ou Print Screen) do teclado?

- A) Deixa o computador em modo de Hibernação.
- B) Captura a janela ativa e envia para o Microsoft Paint automaticamente.
- C) Desliga o computador de forma segura.
- D) Captura uma imagem da tela inteira (uma captura de tela) para a Área de Transferência na memória do computador.